

DESENHO UNIVERSAL PARA A APRENDIZAGEM (DUA): FUNDAMENTOS, CONTRIBUIÇÕES E DESAFIOS PARA A EDUCAÇÃO INCLUSIVA



UNIVERSAL DESIGN FOR LEARNING (UDL): FOUNDATIONS, CONTRIBUTIONS, AND CHALLENGES FOR INCLUSIVE EDUCATION

GIRLEYDE BESERRA NUNES DA SILVA

Graduação em Matemática pela Universidade Nove de Julho (2015); especialista em Neuropsicopedagogia e Análise Clínica pela União Brasileira de Faculdades (2025); Professora de Ensino Fundamental II e Médio – Matemática – na EMEF Profª. Meire de Jesus Ribeiro e Professora de Educação Básica II – Matemática – na EE Luiz Bianconi.

RESUMO

O Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA) constitui-se como uma abordagem pedagógica contemporânea que visa promover a inclusão educacional por meio da flexibilização curricular e da valorização da diversidade presente nos contextos escolares. Fundamentado em princípios oriundos das neurociências e dos direitos humanos, o DUA propõe a eliminação de barreiras à aprendizagem desde o planejamento pedagógico, beneficiando todos os estudantes, especialmente aqueles que historicamente enfrentam dificuldades de acesso, participação e aprendizagem. Este artigo tem como objetivo analisar o DUA enquanto política e prática educacional inclusiva, discutindo seus fundamentos teóricos, suas contribuições para a Educação Especial e sua articulação com as políticas públicas educacionais no Brasil. Trata-se de uma pesquisa de natureza qualitativa, de caráter bibliográfico e documental, baseada em produções acadêmicas nacionais e internacionais, bem como em documentos normativos da educação inclusiva. A análise evidencia que o DUA se apresenta como uma alternativa potente aos modelos pedagógicos tradicionais, ao propor múltiplas formas de representação, ação, expressão e engajamento, respeitando as singularidades dos estudantes. Contudo, sua implementação ainda enfrenta desafios relacionados à formação docente, à cultura escolar e às condições estruturais das instituições de ensino. Conclui-se que o DUA representa um avanço significativo no campo da

educação inclusiva, demandando investimentos em políticas públicas, formação continuada e mudança de paradigmas pedagógicos para sua efetiva consolidação no contexto educacional brasileiro.

Palavras-chave: Desenho Universal para a Aprendizagem; Educação Inclusiva; Educação Especial; Currículo Flexível; Políticas Educacionais.

ABSTRACT

Universal Design for Learning (UDL) is a contemporary pedagogical approach that aims to promote educational inclusion through curricular flexibility and by valuing the diversity found in school settings. Grounded in principles derived from neuroscience and human rights, UDL proposes eliminating learning barriers at the pedagogical planning stage, thereby benefiting all students—especially those who have historically faced difficulties regarding access, participation, and learning. This article analyzes UDL as an inclusive educational policy and practice, discussing its theoretical foundations, its contributions to Special Education, and its alignment with public educational policies in Brazil. This is a qualitative study based on a review of academic literature and policy documents regarding inclusive education. The analysis highlights UDL as a powerful alternative to traditional pedagogical models, as it proposes multiple means of representation, action, expression, and engagement while respecting individual student differences. However, its implementation still faces challenges related to teacher training, school culture, and the structural conditions of educational institutions. The study concludes that UDL represents a significant advancement in the field of inclusive education, requiring investment in public policies, continuing education, and a shift in pedagogical paradigms for its effective consolidation within the Brazilian educational context.

Keywords: Universal Design for Learning; Inclusive Education; Special Education; Flexible Curriculum; Educational Policies.

INTRODUÇÃO

A educação contemporânea encontra-se diante de um cenário marcado pela intensificação da diversidade humana nos espaços escolares, resultado de transformações sociais, políticas e legais que ampliaram o acesso de diferentes grupos historicamente excluídos aos sistemas de ensino. Estudantes com deficiências, transtornos do neurodesenvolvimento, dificuldades de aprendizagem, diferenças culturais, linguísticas e socioeconômicas passaram a compor de forma mais expressiva o cotidiano das escolas, desafiando modelos pedagógicos tradicionalmente estruturados a partir da homogeneização dos processos de ensino e aprendizagem. Nesse contexto, torna-se cada vez mais evidente a necessidade de repensar práticas pedagógicas, currículos e políticas educacionais que garantam não apenas o acesso à escola, mas o direito efetivo à aprendizagem.

Historicamente, os sistemas educacionais foram organizados com base em currículos rígidos, metodologias padronizadas e formas únicas de avaliação, pressupondo que todos os estudantes aprenderiam da mesma maneira e no mesmo ritmo. Tal concepção contribuiu para a exclusão ou

marginalização daqueles que não se adequavam a esses padrões, sendo frequentemente rotulados como incapazes, desmotivados ou portadores de déficits individuais. A partir dessa lógica, a responsabilidade pelas dificuldades de aprendizagem foi atribuída ao estudante, desconsiderando o papel das barreiras pedagógicas, curriculares e atitudinais presentes no ambiente escolar.

Com o avanço das discussões sobre educação inclusiva e direitos humanos, essa perspectiva passou a ser amplamente questionada. A compreensão de que a diversidade é uma característica inerente à condição humana e, portanto, ao espaço escolar, impulsionou a busca por abordagens pedagógicas capazes de atender às múltiplas formas de aprender. É nesse cenário que emerge o Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA), como uma proposta que rompe com a lógica da adaptação posterior e defende o planejamento pedagógico flexível desde sua concepção inicial.

O DUA fundamenta-se no princípio de que não existe um aluno “padrão”, mas uma ampla variabilidade de perfis, interesses, habilidades e necessidades educacionais. Ao invés de propor intervenções individualizadas apenas após a identificação das dificuldades, o DUA orienta a construção de currículos e práticas pedagógicas que considerem, desde o início, diferentes formas de acesso ao conhecimento, de participação nas atividades e de expressão da aprendizagem. Essa abordagem desloca o foco do estudante para o currículo e para o ambiente de aprendizagem, reconhecendo que muitas das dificuldades enfrentadas no processo educativo são resultado de estruturas pedagógicas pouco flexíveis.

No campo da Educação Especial, o Desenho Universal para a Aprendizagem assume relevância estratégica, pois dialoga diretamente com os princípios da educação inclusiva. Ao propor a eliminação de barreiras à aprendizagem e à participação, o DUA contribui para a superação de práticas segregadoras e compensatórias, historicamente associadas ao atendimento de estudantes com deficiência. Em vez de currículos paralelos ou adaptações isoladas, a abordagem defende a construção de propostas pedagógicas comuns, capazes de atender à diversidade presente na sala de aula regular.

No contexto brasileiro, embora o DUA ainda não esteja plenamente institucionalizado como política educacional, seus princípios encontram respaldo em documentos legais e normativos que defendem a flexibilização curricular, a valorização da diversidade e a garantia do direito à aprendizagem. As políticas públicas voltadas à educação inclusiva têm enfatizado a necessidade de práticas pedagógicas que promovam o acesso, a permanência, a participação e o aprendizado de todos os estudantes, o que aproxima o DUA das diretrizes educacionais vigentes, especialmente no âmbito da Educação Especial.

Entretanto, a incorporação do DUA nas práticas escolares enfrenta desafios significativos. A formação inicial e continuada de professores, em muitos casos, ainda se mostra insuficiente para subsidiar a construção de currículos flexíveis e práticas pedagógicas inclusivas. Além disso, a cultura escolar, fortemente marcada por modelos tradicionais de ensino e avaliação, tende a resistir a mudanças que exigem maior planejamento, trabalho colaborativo e revisão de concepções pedagógicas consolidadas ao longo do tempo.

Outro desafio relevante refere-se às condições estruturais das instituições de ensino. A implementação do DUA demanda ambientes educacionais que favoreçam a diversidade de estratégias pedagógicas, o acesso a diferentes recursos didáticos e, em muitos casos, o uso de tecnologias educacionais que ampliem as possibilidades de representação e expressão da aprendizagem. Em contextos marcados por desigualdades sociais e limitações de recursos, tais condições nem sempre estão asseguradas, o que compromete a efetividade da proposta.

Diante desse panorama, torna-se fundamental analisar o Desenho Universal para a Aprendizagem como uma abordagem pedagógica que articula fundamentos teóricos, princípios inclusivos e implicações para as políticas públicas educacionais. Compreender o DUA para além de uma metodologia específica permite reconhecê-lo como uma perspectiva orientadora do planejamento pedagógico, capaz de contribuir para a construção de uma escola mais democrática, equitativa e comprometida com o direito à aprendizagem.

Assim, o presente artigo tem como objetivo analisar o Desenho Universal para a Aprendizagem enquanto abordagem pedagógica inclusiva, discutindo seus fundamentos, suas contribuições para a Educação Especial e os desafios relacionados à sua implementação no contexto educacional brasileiro. A reflexão proposta busca contribuir para o debate acadêmico e para a consolidação de práticas pedagógicas que reconheçam a diversidade como valor e que promovam, de forma efetiva, a aprendizagem de todos os estudantes.

DESENVOLVIMENTO

O Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA) emerge no campo educacional como uma resposta crítica às limitações historicamente impostas pelos modelos tradicionais de ensino, os quais foram estruturados a partir da homogeneização dos processos pedagógicos e da padronização das práticas educativas. Esses modelos, amplamente difundidos ao longo do desenvolvimento dos sistemas educacionais modernos, partiram da concepção de um aluno idealizado, capaz de aprender de maneira uniforme, no mesmo ritmo e por meio de estratégias semelhantes. Tal perspectiva desconsiderou, por décadas, a diversidade humana presente nos contextos escolares, contribuindo para a exclusão ou marginalização de estudantes que não se adequavam a esses padrões (MANTOAN, 2003).

Inspirado no conceito de Desenho Universal, originado inicialmente nos campos da arquitetura e do urbanismo, o DUA fundamenta-se na ideia de que ambientes devem ser concebidos para atender ao maior número possível de pessoas desde sua concepção inicial, reduzindo a necessidade de adaptações posteriores. No âmbito arquitetônico, o Desenho Universal busca eliminar barreiras físicas e promover a acessibilidade de forma ampla, beneficiando não apenas pessoas com deficiência, mas toda a população. Ao ser transposto para o campo educacional, esse conceito passa a orientar o planejamento pedagógico, defendendo que currículos, metodologias e avaliações sejam pensados desde o início para contemplar a diversidade de perfis, habilidades, interesses e necessidades educacionais dos estudantes (CAST, 2018).

Os fundamentos teóricos do Desenho Universal para a Aprendizagem estão fortemente ancorados nas contribuições das neurociências, que evidenciam a variabilidade neural como característica intrínseca ao funcionamento do cérebro humano. Estudos nesse campo demonstram que os indivíduos diferem significativamente na forma como percebem informações, se engajam nas atividades propostas e expressam suas aprendizagens. Essas diferenças estão relacionadas a múltiplos fatores, incluindo aspectos biológicos, emocionais, sociais, culturais e experiências prévias de aprendizagem. Assim, a ideia de um método único e eficaz para todos os estudantes revela-se incompatível com a complexidade do funcionamento cognitivo humano (CAST, 2018).

A partir dessa compreensão, o DUA estrutura-se em torno de três princípios fundamentais: a oferta de múltiplos meios de representação, múltiplos meios de ação e expressão e múltiplos meios de engajamento. O primeiro princípio refere-se às diferentes formas pelas quais o conteúdo pode ser apresentado aos estudantes, reconhecendo que nem todos acessam o conhecimento da mesma maneira. O segundo princípio enfatiza a necessidade de oferecer variadas possibilidades para que os estudantes demonstrem o que aprenderam, respeitando diferentes modos de expressão. O terceiro princípio relaciona-se ao engajamento, considerando os interesses, motivações e emoções dos estudantes como elementos centrais do processo de aprendizagem (CAST, 2018).

No contexto educacional, a adoção do DUA implica uma mudança paradigmática significativa. Em oposição aos currículos rígidos e prescritivos, centrados na transmissão de conteúdos por meio de estratégias uniformes, o DUA propõe práticas pedagógicas flexíveis, capazes de atender às múltiplas formas de aprender. Essa abordagem desloca o foco das dificuldades individuais dos estudantes para a análise das barreiras impostas pelo currículo, pelas metodologias e pelos ambientes educacionais. Dessa forma, reconhece-se que muitos dos obstáculos enfrentados no processo de aprendizagem são produzidos pelas próprias estruturas escolares e não pelas características dos estudantes (PLETSCH, 2014).

No âmbito da Educação Especial, o Desenho Universal para a Aprendizagem apresenta-se como uma alternativa potente aos modelos tradicionais baseados em adaptações curriculares individualizadas e intervenções compensatórias. Historicamente, tais práticas, embora muitas vezes justificadas como estratégias de inclusão, contribuíram para reforçar a lógica de diferenciação e exclusão pedagógica, ao propor currículos paralelos ou simplificados para determinados estudantes. Essa abordagem, ainda presente em muitos contextos escolares, pode resultar na redução das expectativas de aprendizagem e no afastamento dos estudantes do currículo comum (MANTOAN, 2015).

O DUA, ao contrário, defende a construção de propostas pedagógicas comuns, acessíveis a todos os estudantes, reduzindo a necessidade de adaptações posteriores e promovendo maior equidade no acesso ao conhecimento. Ao planejar o currículo a partir da diversidade, a abordagem contribui para a construção de ambientes educacionais mais inclusivos, nos quais as diferenças são reconhecidas como parte constitutiva do processo educativo e não como exceções a serem corrigidas. Essa perspectiva fortalece o princípio da educação inclusiva e reafirma o direito de todos os estudantes à aprendizagem significativa.

As políticas públicas educacionais desempenham papel central na consolidação do Desenho Universal para a Aprendizagem como abordagem pedagógica. Embora o termo “DUA” nem sempre apareça explicitamente nos documentos normativos brasileiros, seus princípios encontram respaldo em legislações e diretrizes que defendem a flexibilização curricular, a eliminação de barreiras à aprendizagem e a garantia do direito à educação para todos. Documentos voltados à Educação Especial e à educação inclusiva enfatizam a necessidade de práticas pedagógicas que assegurem acesso, permanência, participação e aprendizagem, o que aproxima o DUA das diretrizes educacionais vigentes (BRASIL, 2008).

Entretanto, a implementação do Desenho Universal para a Aprendizagem enfrenta desafios significativos no cotidiano das instituições de ensino, revelando a complexidade de transformar princípios teóricos em práticas pedagógicas efetivas. Um dos principais entraves refere-se à formação docente, tanto inicial quanto continuada. Em muitos cursos de licenciatura, os fundamentos do DUA ainda não são abordados de forma sistemática, o que resulta em profissionais que ingressam na carreira docente sem o domínio conceitual e metodológico necessário para planejar currículos flexíveis e práticas pedagógicas inclusivas. Essa lacuna formativa compromete a compreensão do DUA como uma abordagem estruturante do processo educativo, levando à sua aplicação fragmentada ou superficial (PLETSCH, 2014).

A ausência de uma formação inicial consistente sobre currículos flexíveis e educação inclusiva faz com que muitos professores reproduzam práticas pedagógicas tradicionais, baseadas na transmissão de conteúdos e na padronização das estratégias de ensino. Nesse contexto, o DUA tende a ser interpretado como um conjunto de técnicas ou recursos adicionais, utilizados apenas em situações específicas ou direcionados exclusivamente a estudantes com deficiência. Tal compreensão reduz o potencial transformador da abordagem e reforça a lógica de que a diversidade deve ser tratada de forma pontual, e não como elemento constitutivo do planejamento pedagógico (MANTOAN, 2015).

A formação continuada, por sua vez, embora prevista nas políticas educacionais, nem sempre ocorre de maneira articulada às demandas reais do cotidiano escolar. Em muitos casos, as ações formativas apresentam caráter pontual, descontextualizado e pouco reflexivo, o que dificulta a apropriação crítica dos princípios do DUA pelos professores. A ausência de espaços sistemáticos de estudo, planejamento coletivo e acompanhamento das práticas pedagógicas limita a consolidação do DUA como perspectiva orientadora do currículo e contribui para a manutenção de práticas excludentes (PLETSCH, 2014).

Outro aspecto relevante diz respeito às condições de trabalho docente. Turmas numerosas, carga horária excessiva, múltiplas atribuições e falta de apoio institucional dificultam o planejamento de práticas pedagógicas diversificadas e flexíveis. A implementação do DUA exige tempo para planejamento, reflexão e trabalho colaborativo, condições que nem sempre estão asseguradas no contexto escolar. Dessa forma, a responsabilidade pela inclusão acaba recaindo de maneira individualizada sobre o professor, desconsiderando a dimensão institucional e política do processo educativo.

A cultura escolar constitui outro elemento central que impacta diretamente a implementação do DUA. As instituições de ensino, em sua maioria, ainda operam sob modelos pedagógicos tradicionais, fortemente marcados pela centralidade do professor como transmissor do conhecimento, pela organização do currículo em disciplinas estanques e pela utilização de avaliações classificatórias. Essa lógica escolar, historicamente consolidada, dificulta a adoção de práticas pedagógicas que valorizem a autonomia dos estudantes, o trabalho colaborativo e a participação ativa no processo de aprendizagem (MANTOAN, 2003).

Nesse contexto, a proposta do DUA entra em tensão com concepções pedagógicas que associam qualidade educacional à padronização dos conteúdos e dos resultados. A flexibilização curricular, princípio central do DUA, muitas vezes é interpretada de forma equivocada como redução de exigências ou perda de rigor acadêmico. Tal compreensão revela a permanência de concepções meritocráticas e excludentes, que desconsideram as desigualdades sociais e educacionais e atribuem o sucesso ou o fracasso escolar exclusivamente ao esforço individual do estudante.

A transformação cultural exigida pelo DUA envolve a revisão das concepções de ensino, aprendizagem e avaliação que orientam o trabalho pedagógico. Essa mudança implica reconhecer que os estudantes aprendem de formas distintas e que o currículo deve ser suficientemente flexível para acomodar essa diversidade. No entanto, alterar concepções profundamente enraizadas no cotidiano escolar constitui um processo gradual e complexo, que demanda investimento institucional, formação continuada e liderança pedagógica comprometida com os princípios da inclusão (CAST, 2018).

O fortalecimento do trabalho coletivo entre os profissionais da educação é outro desafio central para a implementação do DUA. A abordagem pressupõe a colaboração entre professores da sala comum, profissionais do Atendimento Educacional Especializado, gestores escolares e demais agentes da comunidade educativa. Contudo, a organização do trabalho escolar, muitas vezes fragmentada e individualizada, dificulta a construção de práticas colaborativas e a troca de saberes entre os profissionais. A ausência de tempos e espaços institucionais destinados ao planejamento coletivo limita a articulação das ações pedagógicas e compromete a efetividade do DUA.

Além disso, as práticas avaliativas predominantes nas escolas constituem um obstáculo significativo à consolidação do DUA. Avaliações centradas na memorização de conteúdos e na padronização dos instrumentos tendem a excluir estudantes que não se adequam a esses formatos, reforçando desigualdades educacionais. O DUA propõe a adoção de avaliações formativas, que acompanhem o processo de aprendizagem e ofereçam múltiplas possibilidades de demonstração do conhecimento. No entanto, a mudança das práticas avaliativas exige revisão de normas institucionais, formação docente e redefinição dos critérios de sucesso escolar (CAST, 2018).

Outro fator que impacta a implementação do DUA refere-se à infraestrutura e aos recursos pedagógicos disponíveis nas escolas. Embora a abordagem não dependa exclusivamente de tecnologias digitais, estas podem ampliar significativamente as possibilidades de representação, expressão e engajamento. Entretanto, a desigualdade no acesso a recursos tecnológicos, a precariedade da

infraestrutura escolar e a falta de suporte técnico dificultam a adoção de práticas pedagógicas alinhadas aos princípios do DUA, especialmente em contextos educacionais marcados por vulnerabilidade social.

Diante desses desafios, torna-se evidente que a implementação do Desenho Universal para a Aprendizagem não pode ser compreendida como uma ação isolada ou de responsabilidade exclusiva do professor. Trata-se de um processo que exige compromisso institucional, investimento em políticas públicas, formação docente consistente e transformação da cultura escolar. A consolidação do DUA pressupõe a construção de uma escola que reconheça a diversidade como valor e que esteja disposta a revisar suas práticas, estruturas e concepções pedagógicas.

Assim, enfrentar os desafios relacionados à formação docente e à cultura escolar constitui passo fundamental para a efetivação do DUA no contexto educacional. Somente por meio de ações articuladas, sustentadas por políticas públicas e comprometidas com a equidade, será possível transformar os princípios do Desenho Universal para a Aprendizagem em práticas pedagógicas que garantam o direito à aprendizagem de todos os estudantes.

No que se refere às práticas avaliativas, o DUA propõe a superação de modelos exclusivamente classificatórios, que tendem a excluir estudantes que não se adequam a formatos padronizados de avaliação. A abordagem defende o uso de avaliações formativas, que acompanhem o processo de aprendizagem de maneira contínua e ofereçam múltiplas possibilidades para que os estudantes demonstrem seus conhecimentos e habilidades. Essa perspectiva amplia o conceito de sucesso escolar, valorizando os avanços individuais e reconhecendo a diversidade de trajetórias de aprendizagem (CAST, 2018).

Outro aspecto relevante diz respeito ao papel das tecnologias educacionais no contexto do DUA. Embora a abordagem não dependa exclusivamente do uso de tecnologias digitais, estas podem potencializar suas práticas, ampliando as formas de representação dos conteúdos e de expressão da aprendizagem. Recursos digitais permitem o uso de diferentes linguagens, suportes e formatos, favorecendo o acesso ao conhecimento por estudantes com diferentes perfis. Contudo, a desigualdade no acesso a esses recursos e a precariedade da infraestrutura tecnológica em muitas escolas brasileiras limitam as possibilidades de implementação efetiva do DUA.

As condições estruturais das instituições escolares também influenciam diretamente a efetivação do DUA. Ambientes físicos pouco flexíveis, turmas numerosas, carga horária excessiva e ausência de apoio institucional dificultam o planejamento e a execução de práticas pedagógicas inclusivas. Esses fatores evidenciam que a implementação do DUA não pode ser compreendida como responsabilidade exclusiva do professor, mas como um compromisso institucional e político que exige investimentos, planejamento sistêmico e acompanhamento contínuo por parte dos gestores educacionais (BRASIL, 2014).

Além disso, a consolidação do DUA exige articulação entre diferentes políticas públicas. A educação inclusiva pressupõe ações integradas entre as áreas de educação, saúde e assistência social, de modo a garantir suporte adequado aos estudantes e às famílias. A ausência de diálogo entre essas

políticas compromete a efetividade das práticas pedagógicas e dificulta a superação das barreiras que limitam a aprendizagem e a participação dos estudantes no ambiente escolar.

Outro desafio relevante refere-se às tensões entre concepções pedagógicas inclusivas e discursos que ainda defendem a segregação escolar. Em muitos contextos, o argumento de que a escola regular não estaria preparada para atender à diversidade é utilizado para justificar práticas excludentes. O DUA confronta diretamente essa lógica, ao afirmar que é o currículo que deve ser repensado para atender à diversidade, e não os estudantes que devem se adaptar a estruturas rígidas e excludentes (MANTOAN, 2015).

Nesse sentido, o Desenho Universal para a Aprendizagem contribui para a construção de uma nova compreensão sobre o papel da escola e do professor. Ao reconhecer a diversidade como elemento constitutivo do processo educativo, a abordagem reforça a necessidade de práticas pedagógicas colaborativas, planejamento intencional e valorização das singularidades dos estudantes. Essa perspectiva amplia o compromisso ético da educação com a equidade e com a garantia do direito à aprendizagem para todos.

Dessa forma, o DUA apresenta-se como uma abordagem capaz de promover mudanças estruturais e pedagógicas significativas no campo educacional, desde que seja compreendido para além de uma metodologia ou conjunto de estratégias isoladas. Sua efetivação requer o fortalecimento das políticas públicas, investimentos consistentes em formação docente, revisão das práticas curriculares e a construção de uma cultura escolar inclusiva. Ao orientar o planejamento pedagógico a partir da diversidade humana, o Desenho Universal para a Aprendizagem contribui para a consolidação de uma educação comprometida com os princípios democráticos, com a justiça social e com o direito de todos os estudantes à aprendizagem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Desenho Universal para a Aprendizagem configura-se como uma abordagem pedagógica contemporânea que responde de forma consistente aos desafios impostos pela diversidade presente nos contextos educacionais. Ao longo deste artigo, foi possível evidenciar que o DUA propõe uma ruptura com modelos tradicionais de ensino, historicamente baseados na homogeneização dos processos de aprendizagem, ao defender a construção de currículos flexíveis capazes de atender às múltiplas formas de aprender dos estudantes. Essa perspectiva reafirma o compromisso da educação com a equidade e com a garantia do direito à aprendizagem para todos, especialmente para aqueles que, ao longo da história, enfrentaram barreiras estruturais, pedagógicas e atitudinais no ambiente escolar.

A análise dos fundamentos do DUA evidencia que sua proposta vai além da adoção de estratégias pontuais ou do uso isolado de recursos tecnológicos. Trata-se de uma abordagem que orienta o planejamento pedagógico desde sua concepção inicial, considerando a variabilidade humana como princípio organizador do currículo. Ao deslocar o foco das dificuldades individuais para as barreiras impostas pelo currículo e pelo ambiente educacional, o DUA contribui para a superação de práticas

excludentes e para a construção de ambientes de aprendizagem mais acessíveis, participativos e significativos.

No contexto da Educação Especial e da educação inclusiva, o DUA apresenta-se como um instrumento pedagógico de grande relevância, ao favorecer a escolarização de estudantes com diferentes perfis em classes comuns do ensino regular. A proposta de currículos acessíveis desde o planejamento inicial reduz a necessidade de adaptações posteriores e intervenções compensatórias, promovendo maior equidade no acesso ao conhecimento e fortalecendo o princípio de que a diversidade não constitui obstáculo à aprendizagem, mas elemento constitutivo do processo educativo.

Entretanto, a efetivação do DUA no cotidiano escolar ainda enfrenta desafios significativos. A formação inicial e continuada dos profissionais da educação revela-se como um dos principais entraves, uma vez que muitos docentes não tiveram oportunidade de aprofundar seus conhecimentos sobre currículos flexíveis e práticas pedagógicas inclusivas. Além disso, a cultura escolar, fortemente marcada por currículos prescritivos, metodologias tradicionais e avaliações padronizadas, tende a resistir a mudanças que exigem maior planejamento, trabalho colaborativo e revisão de concepções pedagógicas consolidadas.

Outro desafio relevante refere-se às condições estruturais das instituições de ensino. A implementação do DUA demanda ambientes educacionais que favoreçam a diversidade de estratégias pedagógicas, o acesso a diferentes recursos didáticos e, em muitos casos, o uso de tecnologias educacionais que ampliem as possibilidades de representação e expressão da aprendizagem. Em contextos marcados por desigualdades sociais e limitações de recursos, tais condições nem sempre estão asseguradas, o que compromete a efetividade da proposta e reforça a necessidade de investimentos contínuos por parte do poder público.

Diante desse cenário, torna-se evidente que a consolidação do DUA não pode ser compreendida como responsabilidade exclusiva do professor, mas como um compromisso institucional e político. A adoção dessa abordagem exige o fortalecimento das políticas públicas educacionais, a promoção de ações de formação continuada e a construção de uma cultura escolar baseada na valorização da diversidade e na garantia dos direitos educacionais. A articulação entre diferentes políticas públicas, bem como a participação ativa da comunidade escolar e das famílias, constitui elemento central para a efetividade do DUA no contexto educacional.

Conclui-se, portanto, que o Desenho Universal para a Aprendizagem representa um avanço significativo no campo da educação inclusiva, ao oferecer fundamentos teóricos e pedagógicos que orientam a construção de práticas educacionais mais democráticas e equitativas. Sua consolidação no sistema educacional brasileiro demanda investimentos, compromisso político e mudanças estruturais, mas apresenta grande potencial para transformar o modo como a escola compreende a aprendizagem e a diversidade. Ao reconhecer que todos os estudantes são capazes de aprender, desde que lhes sejam oferecidas condições adequadas, o DUA reafirma a educação como direito fundamental e contribui para a construção de uma escola verdadeiramente inclusiva e comprometida com a aprendizagem de todos.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 6 jan. 2026.
- BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 23 dez. 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 6 jan. 2026.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília, DF: MEC/SEESP, 2008. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeduc ESPECIAL.pdf>. Acesso em: 6 jan. 2026.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Plano Nacional de Educação 2014–2024**. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Brasília, DF: MEC, 2014. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm. Acesso em: 6 jan. 2026.
- CAST. **Universal Design for Learning Guidelines version 2.2**. Wakefield, MA: CAST, 2018. Disponível em: <https://udlguidelines.cast.org>. Acesso em: 6 jan. 2026.
- GLAT, Rosana; BLANCO, Leila de Macedo Varela. Educação especial no contexto de uma educação inclusiva. In: GLAT, Rosana (org.). **Educação inclusiva: cultura e cotidiano escolar**. Rio de Janeiro: 7Letras, 2007. p. 15–35.
- GLAT, Rosana; PLETSCHE, Márcia Denise. **Inclusão escolar de alunos com necessidades educacionais especiais**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2011.
- MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar: o que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo: Moderna, 2003.
- MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **O desafio das diferenças nas escolas**. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2015.
- PLETSCH, Márcia Denise. **Educação especial e inclusão escolar: políticas, práticas curriculares e formação de professores**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2014.
- SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão: construindo uma sociedade para todos**. 8. ed. Rio de Janeiro: WVA, 2010.